



OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO MST

Dionata Luis Plens da Luz (apresentador)¹
Joviles Vitório Trevisol²

Este resumo apresenta uma síntese dos resultados de uma dissertação de mestrado sobre o papel exercido pelos movimentos sociais, particularmente o MST, na definição de políticas de expansão e democratização da educação superior no Brasil. O estudo foi desenvolvido entre agosto de 2016 a dezembro de 2018, tendo como recorte espaço-temporal a região Sul do Brasil. Nos seus aspectos metodológicos, a pesquisa pode ser definida como qualitativa, desenvolvida por meio do uso de métodos e de técnicas da pesquisa documental (atas, projetos, relatórios, matérias de jornais e revistas sobre a atuação dos MS, fotos, publicações variadas etc.) e de entrevistas. Ao todo foram realizadas 22 entrevistas, com duração média de 1.5 (hora e meia) cada, com lideranças ligadas, de forma direta ou indireta, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo demonstra, entre tantos aspectos, que os MST, assim como outros movimentos sociais vêm promovendo inúmeras lutas de promoção do direito à educação, da justiça social e da justiça cognitiva. Nas últimas décadas eles tem defendido que o acesso e a democratização dos saberes produzidos pelas universidades são fundamentais para a emancipação social. O MST, em particular, tem contribuído e atuado no sentido de efetivar políticas públicas voltadas aos trabalhadores e aos jovens provenientes das camadas mais pobres. Uma das principais iniciativas nessa direção foi a criação, por meio do Decreto 7.352/10, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo como características principais o regime de alternância, o tempo-escola e o tempo-comunidade. Com o PRONERA, a parceria do MST com as instituições de ensino superior foi institucionalizada, favorecendo os convênios entre as universidades federais, estaduais e municipais; os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETS) e as escolas técnicas federais, estaduais e municipais; as escolas da família agrícola; as casas familiares rurais; os institutos de educação privados sem fins lucrativos; e as universidades, as faculdades e os centros de ensino privados sem fins lucrativos em articulação com os movimentos sociais e sindicais do campo. Entre 1998 a 2011, o PRONERA foi responsável pela escolarização e formação em nível médio e superior de cerca de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de cerca de 300 técnicos, na ação denominada Residência Agrária.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Docente da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. E-mail: jhoni.sc@hotmail.com.

² Doutor em Sociologia pela USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS. E-mail: joviles.trevisol@uffs.edu.br.



O MST tem sido protagonista no campo do ensino superior, na medida em que passou a exigir políticas públicas voltadas à formação dos trabalhadores e dos jovens historicamente excluídos do acesso à educação superior. De acordo com a pesquisa realizada, as políticas de educação do MST viabilizaram, através de várias parcerias ao longo das décadas, (i) a alfabetização de 500 mil adultos; (ii) a construção cerca de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos e (iii) acesso à educação gratuita a cerca de 200 mil crianças e adolescentes, jovens e adultos; (iv) a formação de cerca de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores e, por fim, (v) a oferta de mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades e institutos federais em todo o país.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Educação Superior. Inclusão Social. MST.

Categoria: UFFS - Pesquisa

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Formato: Comunicação Oral